

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2018
(Processo Administrativo n.º 23090.026929/2018-30)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para realizar a coleta, análise e avaliação quantitativa de agentes físicos e químicos nos ambientes de trabalho dos servidores da Universidade Federal de Lavras - UFLA, bem como emitir laudos técnicos individuais e conclusivos de atividades e operações insalubres nos termos da Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, do Ministério do Trabalho, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

	AGENTES QUÍMICOS	UNIDADE	QUANT	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3	R\$ MÉDIO	R\$ TOTAL
1	ACETALDEÍDO	COLETA + ANÁLISE	1	250	450	240	R\$ 313,33	R\$ 313,33
2	ACETATO DE ETILA	COLETA + ANÁLISE	7	200	200	150	R\$ 183,33	R\$ 1.283,33
3	ACETONA	COLETA + ANÁLISE	73	200	200	150	R\$ 183,33	R\$ 13.383,33
4	ACETONITRILA	COLETA + ANÁLISE	18	225	450	200	R\$ 291,67	R\$ 5.250,00
5	ÁCIDO ACÉTICO	COLETA + ANÁLISE	77	235	225	200	R\$ 220,00	R\$ 16.940,00
6	ÁCIDO CLORÍDRICO	COLETA + ANÁLISE	94	225	230	200	R\$ 218,33	R\$ 20.523,33
7	ÁCIDO FLUORÍDRICO	COLETA + ANÁLISE	5	225	200	190	R\$ 205,00	R\$ 1.025,00
8	ÁCIDO FÓRMICO	COLETA + ANÁLISE	17	230	450	190	R\$ 290,00	R\$ 4.930,00
9	ÁLCOOL BUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	1	200	225	150	R\$ 191,67	R\$ 191,67
10	ÁLCOOL ETÍLICO	COLETA + ANÁLISE	35	200	200	380	R\$ 260,00	R\$ 9.100,00
11	ÁLCOOL ISOAMÍLICO	COLETA + ANÁLISE	9	200	225	150	R\$ 191,67	R\$ 1.725,00
12	ÁLCOOL ISOBUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	3	200	200	150	R\$ 183,33	R\$ 550,00
13	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO	COLETA + ANÁLISE	3	200	337	150	R\$ 229,00	R\$ 687,00
14	ÁLCOOL METÍLICO	COLETA + ANÁLISE	44	210	262	200	R\$ 224,00	R\$ 9.856,00
15	ÁLCOOL N-BUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	2	200	225	150	R\$ 191,67	R\$ 383,33
16	ÁLCOOL N-PROPANOL	COLETA + ANÁLISE	1	200	225	1	R\$ 142,00	R\$ 142,00
17	ÁLCOOL N-PROPÍLICO	COLETA + ANÁLISE	2	200	225	150	R\$ 191,67	R\$ 383,33
18	ÁLCOOL SEC-BUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	3	200	225	150	R\$ 191,67	R\$ 575,00

19	ÁLCOOL TERC-BUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	5	200	225	150	R\$ 191,67	R\$ 958,33
20	AMÔNIA	COLETA + ANÁLISE	29	200	200	200	R\$ 200,00	R\$ 5.800,00
21	ANILINA	COLETA + ANÁLISE	2	235	387	200	R\$ 274,00	R\$ 548,00
22	BROMO	COLETA + ANÁLISE	5	220	1161	190	R\$ 523,67	R\$ 2.618,33
23	CHUMBO	COLETA + ANÁLISE	8	110	125	145	R\$ 126,67	R\$ 1.013,33
24	CICLOHEXANO	COLETA + ANÁLISE	2	200	200	150	R\$ 183,33	R\$ 366,67
25	CLORETO DE METILA	COLETA + ANÁLISE	1	240	450	355	R\$ 348,33	R\$ 348,33
26	CLORETO DE METILENO	COLETA + ANÁLISE	2	240	300	195	R\$ 245,00	R\$ 490,00
27	CLORO	COLETA + ANÁLISE	2	220	250	190	R\$ 220,00	R\$ 440,00
28	CLOROFÓRMIO	COLETA + ANÁLISE	59	200	200	200	R\$ 200,00	R\$ 11.800,00
29	DICLOROMETANO	COLETA + ANÁLISE	9	240	300	195	R\$ 245,00	R\$ 2.205,00
30	DIMETILFORMAMIDA	COLETA + ANÁLISE	3	230	387	160	R\$ 259,00	R\$ 777,00
31	DIÓXIDO DE CARBONO	COLETA + ANÁLISE	4	220	396	190	R\$ 268,67	R\$ 1.074,67
32	DIÓXIDO DE ENXOFRE	COLETA + ANÁLISE	1	220	312	240	R\$ 257,33	R\$ 257,33
33	DIOXIDO DE NITROGENIO	COLETA + ANÁLISE	3	320	570	270	R\$ 386,67	R\$ 1.160,00
34	ETANOL	COLETA + ANÁLISE	3	200	200	380	R\$ 260,00	R\$ 780,00
35	ÉTER ETÍLICO	COLETA + ANÁLISE	70	200	250	150	R\$ 200,00	R\$ 14.000,00
36	ETILENO	COLETA + ANÁLISE	1	220	350	90	R\$ 220,00	R\$ 220,00
37	FENOL	COLETA + ANÁLISE	31	200	312	210	R\$ 240,67	R\$ 7.460,67
38	FORMALDEÍDO	COLETA + ANÁLISE	74	200	337	200	R\$ 245,67	R\$ 18.179,33
39	GÁS SULFÍDRICO	COLETA + ANÁLISE	1	350	325	205	R\$ 293,33	R\$ 293,33
40	MANGANES	COLETA + ANÁLISE	1	200	125	150	R\$ 158,33	R\$ 158,33
41	MERCÚRIO	COLETA + ANÁLISE	13	200	387	250	R\$ 279,00	R\$ 3.627,00
42	METANO	COLETA + ANÁLISE	1	320	250	190	R\$ 253,33	R\$ 253,33
43	MONÓXIDO DE CARBONO	COLETA + ANÁLISE	5	320	396	190	R\$ 302,00	R\$ 1.510,00
44	NEGRO DE FUMO	COLETA + ANÁLISE	1	120	100	120	R\$ 113,33	R\$ 113,33
45	ÓXIDO NÍTRICO	COLETA + ANÁLISE	1	320	570	270	R\$ 386,67	R\$ 386,67
46	PIRIDINA	COLETA + ANÁLISE	4	220	450	190	R\$ 286,67	R\$ 1.146,67
47	SÍLICA	COLETA + ANÁLISE	1	210	400	190	R\$ 266,67	R\$ 266,67
48	TETRAHIDROFURANO	COLETA + ANÁLISE	4	200	400	150	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
49	TOLUENO	COLETA + ANÁLISE	14	165	200	200	R\$ 188,33	R\$ 2.636,67
50	TRIETILAMINA	COLETA + ANÁLISE	1	200	450	240	R\$ 296,67	R\$ 296,67
51	XILENO	COLETA + ANÁLISE	4	160	200	200	R\$ 186,67	R\$ 746,67
52	XILOL	COLETA + ANÁLISE	30	200	200	200	R\$ 200,00	R\$ 6.000,00
53	RUÍDO	COLETA + ANÁLISE	85	100	150	175	R\$ 141,67	R\$ 12.041,67
54	CALOR	COLETA + ANÁLISE	36	50	100	150	R\$ 100,00	R\$ 3.600,00
55	VIBRAÇÃO	COLETA + ANÁLISE	17	300	400	250	R\$ 316,67	R\$ 5.383,33

(A) VALOR TOTAL DE AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS								R\$ 197.199,00
56	1 A 5 AGENTES QUÍMICOS + FÍSICO	LAUDO	127	100	400	300	R\$ 266,67	R\$ 33.866,67
57	6 A 10 AGENTES QUÍMICOS + FÍSICO	LAUDO	44	100	700	300	R\$ 366,67	R\$ 16.133,33
58	11 A 15 AGENTES QUÍMICOS + FÍSICO	LAUDO	11	100	900	300	R\$ 433,33	R\$ 4.766,67
59	16 A 23 AGENTES QUÍMICOS + FÍSICO	LAUDO	1	100	1100	300	R\$ 500,00	R\$ 500,00
(B) VALOR TOTAL DE LAUDOS								R\$ 55.266,67
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (A+B)								R\$ 252.465,67

1.1.1. Considerando que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, no caso da licitação em tela, a divisão do objeto se torna inviável por motivos de ordem técnica e econômica. De ordem técnica se justifica que os laudos e os métodos de avaliação de insalubridade devem ser realizados de forma padronizada. Considerando que o resultado da presente licitação é a emissão de laudos individuais conclusivos dos servidores da Instituição, o parcelamento se torna inviável, pois apenas a coleta e análise dos agentes físicos e químicos não são suficientes para atender a demanda. Outro ponto a ser considerado é o fator tempo, uma vez que para a conclusão dos laudos, os agentes deverão ser todos coletados, analisados e medidos. O parcelamento do objeto inviabiliza a gestão e fiscalização do contrato no cumprimento das obrigações da CONTRATADA tendo em vista o corpo técnico reduzido da UFLA. De ordem econômica, o custo para que uma empresa realize o serviço de avaliação de insalubridade necessita que a CONTRATADA destine pessoal e equipamentos necessários para realizar a avaliação dos ambientes e emitir laudos, se tornando economicamente viável quando do somatório do quantitativo dos itens a serem licitados. O não parcelamento desta licitação permitirá ganho de economia de escala (Súmula 247 do TCU) e eficiência na avaliação e emissão dos laudos de insalubridade.

1.2. Estimativas de consumo:

Tabela 2 - Quantitativos de agentes químicos, físicos e laudos.

AGENTES QUÍMICOS		UNIDADE	QUANTIDADE
1	ACETALDEÍDO	COLETA + ANÁLISE	1
2	ACETATO DE ETILA	COLETA + ANÁLISE	7
3	ACETONA	COLETA + ANÁLISE	73
4	ACETONITRILA	COLETA + ANÁLISE	18
5	ÁCIDO ACÉTICO	COLETA + ANÁLISE	77
6	ÁCIDO CLORÍDRICO	COLETA + ANÁLISE	94
7	ÁCIDO FLUORÍDRICO	COLETA + ANÁLISE	5
8	ÁCIDO FÓRMICO	COLETA + ANÁLISE	17
9	ÁLCOOL BUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	1

10	ÁLCOOL ETÍLICO	COLETA + ANÁLISE	35
11	ÁLCOOL ISOAMÍLICO	COLETA + ANÁLISE	9
12	ÁLCOOL ISOBUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	3
13	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO	COLETA + ANÁLISE	3
14	ÁLCOOL METÍLICO	COLETA + ANÁLISE	44
15	ÁLCOOL N-BUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	2
16	ÁLCOOL N-PROPANOL	COLETA + ANÁLISE	1
17	ÁLCOOL N-PROPÍLICO	COLETA + ANÁLISE	2
18	ÁLCOOL SEC-BUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	3
19	ÁLCOOL TERC-BUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	5
20	AMÔNIA	COLETA + ANÁLISE	29
21	ANILINA	COLETA + ANÁLISE	2
22	BROMO	COLETA + ANÁLISE	5
23	CHUMBO	COLETA + ANÁLISE	8
24	CICLOHEXANO	COLETA + ANÁLISE	2
25	CLORETO DE METILA	COLETA + ANÁLISE	1
26	CLORETO DE METILENO	COLETA + ANÁLISE	2
27	CORO	COLETA + ANÁLISE	2
28	CLOROFÓRMIO	COLETA + ANÁLISE	59
29	DICLOROMETANO	COLETA + ANÁLISE	9
30	DIMETILFORMAMIDA	COLETA + ANÁLISE	3
31	DIÓXIDO DE CARBONO	COLETA + ANÁLISE	4
32	DIÓXIDO DE ENXOFRE	COLETA + ANÁLISE	1
33	DIOXIDO DE NITROGENIO	COLETA + ANÁLISE	3
34	ETANOL	COLETA + ANÁLISE	3
35	ÉTER ETÍLICO	COLETA + ANÁLISE	70
36	ETILENO	COLETA + ANÁLISE	1
37	FENOL	COLETA + ANÁLISE	31
38	FORMALDEÍDO	COLETA + ANÁLISE	74
39	GÁS SULFÍDRICO	COLETA + ANÁLISE	1
40	MANGANES	COLETA + ANÁLISE	1
41	MERCÚRIO	COLETA + ANÁLISE	13
42	METANO	COLETA + ANÁLISE	1
43	MONÓXIDO DE CARBONO	COLETA + ANÁLISE	5

44	NEGRO DE FUMO	COLETA + ANÁLISE	1
45	ÓXIDO NÍTRICO	COLETA + ANÁLISE	1
46	PIRIDINA	COLETA + ANÁLISE	4
47	SÍLICA	COLETA + ANÁLISE	1
48	TETRAHIDROFURANO	COLETA + ANÁLISE	4
49	TOLUENO	COLETA + ANÁLISE	14
50	TRIETILAMINA	COLETA + ANÁLISE	1
51	XILENO	COLETA + ANÁLISE	4
52	XIOL	COLETA + ANÁLISE	30
	TOTAL		794
	RISCOS FÍSICOS	UNIDADE	QUANTIDADE
53	RUÍDO	COLETA + ANÁLISE	85
54	CALOR	COLETA + ANÁLISE	36
55	VIBRAÇÃO	COLETA + ANÁLISE	17
	TOTAL		138
	LAUDOS	UNIDADE	QUANTIDADE
56	1 A 5 AGENTES QUÍMICOS + FÍSICO	LAUDO	127
57	6 A 10 AGENTES QUÍMICOS + FÍSICO	LAUDO	44
58	11 A 15 AGENTES QUÍMICOS + FÍSICO	LAUDO	11
59	16 A 25 AGENTES QUÍMICOS + FÍSICO	LAUDO	1
	TOTAL DE LAUDOS		183

Fonte: Equipe técnica da Coordenadoria de Saúde Ocupacional

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Lei 8.112/1990 nos art. 61, 68, 69, prevê que além do vencimento básico e das vantagens prevista na mesma lei, serão concedidos aos servidores o adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas, que haverá permanente controle dessas atividades e que deverá ser observada a legislação específica. O Decreto 97.458/1989 regulamenta a concessão dos adicionais de periculosidade e insalubridade e, por sua vez, prevê a necessidade de portaria de localização, o laudo técnico pericial individual e a portaria de concessão do adicional. Já a Orientação Normativa nº 4, de 14/2/2017, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, dispõe sobre a necessidade de laudo técnico elaborado nos termos das Normas Regulamentadoras (NR) nº 15 e 16 e que o órgão ou instituição poderá contratar serviços de terceiros para a dosagem e medição de agentes físicos e químicos ou para

identificação de agentes biológicos, com a finalidade de auxiliar o profissional competente na expedição de laudo técnico e que o levantamento de dados seja supervisionado por servidor da área de saúde e segurança do trabalho. O laudo deverá referir-se ao ambiente de trabalho e considerar a situação individual de trabalho do servidor, não tendo prazo de validade e deve ser refeito sempre que houver alteração do ambiente ou dos processos de trabalho ou da legislação vigente (art. 10).

- 2.2. Considerando que (I) a Universidade Federal de Lavras (UFLA) possui 115 (cento e quinze) servidores que recebem, atualmente, o adicional pelo exercício de atividades insalubres que envolvem agentes físicos e/ou químicos e mais 68 (sessenta e oito) servidores que solicitaram o benefício, para os mesmos agentes, e que demandam medição, distribuídos em aproximadamente em 124 ambientes nos mais diversos departamentos, setores e fazendas; (II) a UFLA conta apenas com 1 (um) servidor no cargo de engenheiro de segurança do trabalho, 1 (um) servidor no cargo de médico do trabalho, 1 (uma) servidora no cargo de enfermeira do trabalho e 1 (um) servidor no cargo de técnico em segurança do trabalho no seu quadro de pessoal ativo, não possui equipamentos necessários para medição de agentes químicos, assim sendo, a equipe e os equipamentos são insuficientes para uma avaliação dessa magnitude; (III) a Controladoria-Geral da União (CGU) solicita, por meio de auditoria realizada em abril de 2017, que todos os laudos de concessão do adicional pelo exercício de atividades insalubres sejam revisados e os ambientes reavaliados.
- 2.3. Isso posto, justificamos a necessidade de contratação de empresa especializada para medição de agentes físicos e químicos com emissão de laudos individuais conclusivos para os servidores da Instituição, conforme o objeto.
- 2.4. A Comissão designada pela elaboração do Termo de Referência destaca que neste termo foi realizado um aprimoramento dos Estudos Preliminares nos quesitos de ordem técnica e legal, atendendo os preceitos da Instrução Normativa nº 05/2017.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Para fins do disposto no art. 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, é considerado comum a natureza do objeto a ser contratado.
- 3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

- 4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
 - 4.1.1. A CONTRATADA será responsável por providenciar todo equipamento, pessoal e materiais necessários para atender a todas as demandas em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis e com os prazos estabelecidos para o cumprimento do objeto contratado.

DAS AMOSTRAS

- 4.1.2. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA realizar as análises das amostras coletadas dentro de seus respectivos prazos de validade, bem como armazenamento e transporte corretos até o laboratório que fará a análise. Caso haja eventual expiração de prazo de validade (estabilidade) das amostras, as novas coletas correrão a expensas da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 4.1.3. As coletas das amostras deverão obedecer aos critérios definidos na metodologia de referência com relação à vazão, volumes máximos e mínimos com utilização de equipamentos adequados (bombas de amostragem volumétrica) e devidamente calibrados com calibradores aferidos em Laboratórios de Calibração da RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou com certificados rastreáveis à RBC, todos dentro do prazo de validade.
- 4.1.4. As análises laboratoriais para determinação da presença e concentração dos agentes químicos deverão ser realizadas por instituição detentora de acreditação expedida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), com base na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005.
- 4.1.5. Havendo necessidade por parte da empresa CONTRATADA, será permitida a subcontratação de laboratório acreditados com base na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, e os certificados deverão acompanhar os laudos técnicos. Essa subcontratação será permitida apenas para realização das análises das amostras coletadas.
- 4.1.6. Caso tenha subcontratação para a análise das amostras coletadas, a CONTRATADA se responsabilizará perante a CONTRATANTE por toda a prestação dos serviços da SUBCONTRATADA, inclusive a CONTRATADA fica responsável por respeitar os prazos estipulados, neste Termo de Referência, para a CONTRATANTE os resultados das análises nos laudos conclusivos. A subcontratação está condicionada à aprovação da CONTRATANTE, devendo ser realizada solicitação formal à CONTRATANTE.

DA ANÁLISE E EMISSÃO DOS LAUDOS TÉCNICOS INDIVIDUAIS CONCLUSIVOS

- 4.1.7. O **LAUDO TÉCNICO INDIVIDUAL CONCLUSIVO DE INSALUBRIDADE** deve atender aos seguintes requisitos da Orientação Normativa nº 4, de 14 de fevereiro de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:
 - a) referir-se ao ambiente de trabalho e considerar a situação individual de trabalho do servidor;
 - b) identificar o local de exercício ou o tipo de trabalho realizado; o agente nocivo à saúde ou o identificador do risco; o grau de agressividade ao homem, especificando o limite de tolerância conhecida, quanto ao tempo de exposição ao agente nocivo e verificação do tempo de exposição do servidor aos agentes agressivos para os agentes físicos;
 - c) classificação dos graus de insalubridade, com os respectivos percentuais aplicáveis ao local ou atividade examinados;
 - d) as medidas corretivas necessárias para eliminar ou neutralizar o risco, ou proteger contra seus efeitos;
 - e) compete ao profissional responsável pela emissão do laudo técnico caracterizar e justificar a condição ensejadora do adicional de insalubridade.

4.1.8.A CONTRATADA deverá apresentar no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados após a data da 1ª coleta para o servidor, **LAUDO TÉCNICO INDIVIDUAL CONCLUSIVO DE INSALUBRIDADE**, devidamente atestado e assinado por seu responsável técnico - Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (individual para cada laudo) e CREA ou CRM, ativos, respectivamente, devendo constar as seguintes informações:

- a) a identificação do amostrador;
- b) a indicação dos locais e dos indivíduos nos quais foram colhidas as amostras;
- c) as datas de coleta e de avaliação laboratorial (quando aplicável);
- d) a indicação do volume de ar e/ou do tempo de coleta (quando aplicável);
- e) o elenco de substâncias avaliadas e suas concentrações quantitativas;
- f) as metodologias de coleta, avaliação e as normas técnicas aplicadas;
- g) indicação de método e padrões para definição de ruído (quando aplicável), com laudo conclusivo;
- h) indicação de método e padrões para definição de calor (quando aplicável) com laudo conclusivo;
- i) indicação de método e padrões para definição de vibração (quando aplicável) com laudo conclusivo;
- j) certificado de calibração;
- l) tudo mais que for necessário e pertinente à execução do objeto.

4.1.9.Os AGENTES QUÍMICOS deverão ser medidos para cada servidor exposto, em cada laboratório no *campus* da Universidade Federal de Lavras, conforme quantidades na Tabela 2.

4.1.10. Os AGENTES FÍSICOS relacionados na Tabela 2 deverão ser avaliados quantitativamente seguindo a metodologia estabelecida nas NORMAS DE HIGIENE OCUPACIONAL da FUNDACENTRO e suas complementações legais, bem como na NORMA REGULAMENTADORA da Portaria nº 3214, de 8 de junho de 1978 - NR 15, ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES e seus anexos. Os monitoramentos quantitativos devem ser realizados com aparelhos certificados e com calibração vigente.

4.1.11. Para atendimento dos itens 4.1.6 e 4.1.7, os laudos devem ser conclusivos e emitidos individualmente para cada servidor, uma vez que este pode estar exposto a um ou mais agentes físicos e/ou químicos simultaneamente.

4.1.12. A CONTRATADA deverá mensurar a exposição aos agentes físicos e químicos, existentes nos ambientes e presentes nas atividades realizadas no *campus* da UFLA, conforme dimensionamentos na Tabela 2.

4.1.13. A CONTRATADA deverá elaborar laudo técnico conclusivo para cada servidor exposto aos agentes físicos e/ou químicos considerando o enquadramento como atividade insalubre, a partir dos resultados obtidos pelas análises, comparando-as com os limites de tolerância estabelecidos na NR 15. Caso seja caracterizada insalubridade, deverá constar no laudo as medidas corretivas necessárias para eliminar e/ou neutralizar o risco ou proteger de seus efeitos, com o detalhamento de qual Equipamento de Proteção Individual deverá ser utilizado, bem como os Equipamentos de Proteção Coletiva.

- 4.1.14. A CONTRATADA deverá emitir os laudos conclusivos para cada servidor avaliado, contendo o resultado do enquadramento de insalubridade (especificar em: não insalubre; insalubre grau máximo, médio ou mínimo), para os agentes ambientais analisados, sob forma impressa e em arquivo eletrônico, do tipo editor de texto, os quais deverão ser entregues à medida que forem finalizados.
- 4.1.15. O laudo deverá contemplar as avaliações quantitativas dos agentes avaliados para análise de insalubridade, conforme Orientação Normativa nº 4, de 14 de fevereiro de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho e quaisquer alterações e publicações na legislação pertinente, nesse ínterim.
- 4.1.16. A avaliação quantitativa de agentes químicos será desenvolvida por meio de medições técnicas, utilizando a metodologia NIOSH: *National Institute of Occupational Safety and Health* (Instituto Nacional de Segurança e Saúde Ocupacional - EUA) e OSHA (*Occupational Safety & Health Administration*), mediante a utilização de instrumentação específica, cujos resultados são avaliados e comparados a parâmetros definidos na Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho. Conforme metodologias, deverão ser realizados brancos de campo.
- 4.2. As amostras de agentes químicos devem ser individuais e coletadas durante no mínimo 75% da jornada de trabalho dos servidores envolvidos. O resultado das análises deverá ser entregue em até 45 (quarenta e cinco) dias após a 1ª coleta realizada para o servidor, no laudo técnico individual que deverá contemplar a exposição a agentes físicos e químicos.
- 4.3. Durante as coletas deverão ser registradas todas e quaisquer observações ao longo da execução das tarefas em folhas de campo (registro), com todos os dados da amostragem avaliada. As análises das amostras coletadas deverão ser realizadas por Laboratórios Acreditados pelo INMETRO, com base na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005.
- 4.4. Para avaliação de agentes físicos deverão ser seguidos os seguintes parâmetros:
- a) Ruído: Deverá ser realizada a medição utilizando dosímetro de ruído. A CONTRATADA deverá apresentar certificado de calibração do equipamento com prazo de validade ativo. A metodologia utilizada na medição deverá obedecer ao anexo 1 da NR 15 e a Norma de Higiene Ocupacional 1 da FUNDACENTRO. No laudo técnico conclusivo individual para cada servidor deverá constar o certificado de calibração do equipamento, com a data de validade.
 - b) Calor: deverá ser realizada a medição utilizando medidor de *stress* térmico devidamente calibrado com certificado e prazo de validade ativo. A CONTRATADA deverá apresentar certificado de calibração do equipamento. A metodologia utilizada na medição deverá obedecer ao anexo 3 da NR 15 e a Norma de Higiene Ocupacional 6 da FUNDACENTRO. No laudo técnico conclusivo individual deverá constar o certificado de calibração do equipamento, com a data de validade.
 - c) Vibração: deverá ser realizada a medição utilizando medidor de vibração, de corpo inteiro ou de mãos e braços, a depender da situação. A CONTRATADA deverá apresentar certificado de calibração do equipamento, com prazo de validade ativo. A metodologia utilizada na medição deverá obedecer ao anexo 8 da NR 15 e as Norma de Higiene Ocupacional 9 e 10 da FUNDACENTRO. No laudo técnico conclusivo individual deverá constar o certificado de calibração do equipamento, com a data de validade.

4.5.1 A Tabela 3 apresenta a metodologia de análise a ser utilizada para avaliação quantitativa de agentes físicos e/ou químicos.

Tabela 3 – Metodologia de análise

	AGENTES QUÍMICOS	UNIDADE	AMOSTRADOR	METODOLOGIA
1	ACETALDEÍDO	COLETA + ANÁLISE	Tubo de resina com piperidina de 450/225 mg (manter sob refrigeração enquanto não efetuar a amostragem)	NIOSH 2538
2	ACETATO DE ETILA	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1457
3	ACETONA	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1300
4	ACETONITRILA	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 400/200 mg	NIOSH 1606
5	ÁCIDO ACÉTICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1603 ou OSHA PV2119
6	ÁCIDO CLORÍDRICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de sílica gel de 400/200 mg	NIOSH 7903
7	ÁCIDO FLUORÍDRICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de sílica gel de 400/200 mg	NIOSH 7903
8	ÁCIDO FÓRMICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de sílica gel de 400/200 mg, precedido de cassete com filtro de PTFE sobre suporte de plástico	NIOSH 2011
9	ÁLCOOL BUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1401
10	ÁLCOOL ETÍLICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativado de 100/50 mg	NIOSH 1400
11	ÁLCOOL ISOAMÍLICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1402
12	ÁLCOOL ISOBUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1401
13	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1400

14	ÁLCOOL METÍLICO	COLETA + ANÁLISE	dois tubos de carvão de alcatrão de 400 e 200 mg ligados em série ou tubo de sílica gel de 100/50 mg	OSHA 91 ou NIOSH 2000
15	ÁLCOOL N-BUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1401
16	ÁLCOOL N-PROPANOL	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1401
17	ÁLCOOL N-PROPÍLICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativado de 100/50 mg	NIOSH 1401
18	ÁLCOOL SEC-BUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativado de 100/50 mg	NIOSH 1400
19	ÁLCOOL TERC-BUTÍLICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativado de 100/50 mg	NIOSH 1400
20	AMÔNIA	COLETA + ANÁLISE	pré-filtro em cassete com filtro de éster de celulose de 0,8 µm sobre suporte de aço inoxidável ou suporte de plástico poroso, seguido de tubo de sílica gel impregnada com ácido sulfúrico, de 200/100 mg	NIOSH 6016
21	ANILINA	COLETA + ANÁLISE	tubo de sílica gel de 150/75 mg	NIOSH 2002
22	BROMO	COLETA + ANÁLISE	dois tubos de carvão de alcatrão de 400 e 200 mg ligados em série	OSHA PV2040 ou NIOSH 1025

23	CHUMBO	COLETA + ANÁLISE	cassete de poliestireno de 37 mm com filtro de éster de celulose	NIOSH 7303
24	CICLOHEXANO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1501
25	CLORETO DE METILA	COLETA + ANÁLISE	1 tubo de carvão ativo de 400/200 e 1 de 100/50 mg ligados em série	NIOSH 1001
26	CLORETO DE METILENO	COLETA + ANÁLISE	dois tubos de carvão ativo de 100/50 mg ligados em série	NIOSH 1005
27	CLORO	COLETA + ANÁLISE	cassete de polipropileno de 25 mm de 3 seções, com pré-filtro de PTFE sobre suporte de plástico seguido de filtro de prata sobre suporte de plástico	NIOSH 6011
28	CLOROFÓRMIO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1003
29	DICLOROMETANO	COLETA + ANÁLISE	dois tubos de carvão ativo de 100/50 mg ligados em série	NIOSH 1005
30	DIMETILFORMAMID A	COLETA + ANÁLISE	tubo de sílica gel de 150 mg/75 mg	NIOSH 2004
31	DIÓXIDO DE CARBONO	COLETA + ANÁLISE	balão de 5 L	OSHA ID-172

32	DIÓXIDO DE ENXOFRE	COLETA + ANÁLISE	cassete de poliestireno de 37 mm, com filtro de éster de celulose com porosidade de 0,8 µm e suporte de celulose tratado com Carbonato de Sódio	NIOSH 6004
33	DIOXIDO DE NITROGENIO	COLETA + ANÁLISE	tubo com 2 seções de peneiras moleculares intermediada com catalisador intermediário (manter sob refrigeração enquanto não efetuar a amostragem)	NIOSH 6014 ou OSHA ID190/ID 182
34	ETANOL	COLETA + ANÁLISE	Tubo de carvão ativado de 100/50 mg	NIOSH1400
35	ÉTER ETÍLICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1610
36	ETILENO	COLETA + ANÁLISE	tubo de 200/100mg e filtro de fibra de vidro de 13 mm	NIOSH 5523
37	FENOL	COLETA + ANÁLISE	tubo de resina de 100/50 mg	NIOSH 2546
38	FORMALDEÍDO	COLETA + ANÁLISE	tubo de sílica gel tratada com DNPH (<i>Manter sob refrigeração</i>)	NIOSH 2016
39	GÁS SULFÍDRICO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 400/200 mg	NIOSH 6013

40	MANGANÊS	COLETA + ANÁLISE	<p>Fração total:</p> <p>A) Filtro de membrana de EC, 0,8 µm de poro, ou de PVC, 5 µm de poro, 37 mm de diâmetro</p> <p>b) Porta-filtro com face fechada de 2 ou 3 corpos, com vazão de 1 l/minuto a 4 litros/minutos.</p> <p>Técnica analítica:</p> <p>ICP-AES</p> <p>Niosh 7300</p> <p>Fração inalável:</p> <p>Filtro de membrana de EC, 0,8 µm de poro, 25 mm de diâmetro para o porta-filtro tipo IOM, ou 37 mm de diâmetro para o dispositivo cônico.</p> <p>b) Porta-filtro tipo IOM, com vazão de 2 L/min; ou dispositivo cônico, com vazão de 3,5 L/min.</p> <p>Técnica analítica:</p> <p>HSE-MDHS.</p>	NHO 08 E NIOSH 7300.
41	MERCÚRIO	COLETA + ANÁLISE	tubo de 200 mg	NIOSH 6009
42	METANO	COLETA + ANÁLISE	balão de 5 L	Ref. Niosh S93
43	MONÓXIDO DE CARBONO	COLETA + ANÁLISE	balão de 5 L	OSHA ID-210
44	NEGRO DE FUMO	COLETA + ANÁLISE	cassete de poliestireno de 37 mm, com filtro de PVC com porosidade de 5,0 mm, pesado em microbalança eletrônica com sensibilidade de 0,001 mg, montado sobre suporte de aço inoxidável	NIOSH 5000

45	ÓXIDO NÍTRICO	COLETA + ANÁLISE	balão de amostragem aluzimizado de cinco camadas.	NIOSH 6014 ou OSHA ID190/ID 182
46	PIRIDINA	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1613
47	SÍLICA	COLETA + ANÁLISE	cassete com filtro de PVC com porosidade de 5,0 µm pré-pesado em microbalança eletrônica com sensibilidade de 0,001 mg	NIOSH 7602
48	TETRAHIDROFURANO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1609
49	TOLUENO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1501
50	TRIETILAMINA	COLETA + ANÁLISE	Tubo de 80/40 mg tratada com 10% de ácido fosfórico	OSHA PV 2060
51	XILENO	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1501
52	XILOL	COLETA + ANÁLISE	tubo de carvão ativo de 100/50 mg	NIOSH 1501
53	RUÍDO	COLETA + ANÁLISE	AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE ACORDO COM NORMA DE HIGIENE OCUPACIONAL - NHO 01 (AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL AO RUÍDO) E NORMA REGULAMENTADORA - NR 15 da PORTARIA 3214, DE 08 DE JUNHO DE 1978, ANEXOS 1 e 2.	
54	CALOR	COLETA + ANÁLISE	AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE ACORDO COM NORMA DE HIGIENE OCUPACIONAL - NHO 06 (AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL AO CALOR) E NORMA REGULAMENTADORA - NR 15 da PORTARIA 3214, DE 08 DE JUNHO DE 1978, ANEXO 3.	

55	VIBRAÇÃO	COLETA + ANÁLISE	AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE ACORDO COM NORMA DE HIGIENE OCUPACIONAL - NHO 09 E 10 (AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL A VIBRAÇÃO DE CORPO INTEIRO E EM MÃOS E BRAÇOS) E NORMA REGULAMENTADORA - NR 15 da PORTARIA 3214, DE 08 DE JUNHO DE 1978, ANEXO 8.
----	----------	---------------------	--

Fonte: Equipe técnica da Coordenadoria de Saúde Ocupacional UFLA.

DOS EQUIPAMENTOS

4.6 Equipamentos de avaliação quantitativa - os equipamentos utilizados nas avaliações quantitativas deverão estar devidamente calibrados e dentro do prazo de validade da calibração, e que deverão ser comprovados por meio de cópia do certificado de calibração, anexo ao laudo, vigente durante as fases de coleta, análise e emissão do laudo, constando a aprovação do equipamento, emitido por laboratório de calibração acreditado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

DO CRONOGRAMA

4.7 Os serviços de coleta serão realizados nas dependências da CONTRATANTE e serão agendados previamente de acordo com as demandas definidas no cronograma de execução e calendários acadêmico e administrativo da CONTRATANTE. Estes serviços de coleta serão requisitados e acompanhados pela equipe de segurança do trabalho da Coordenadoria de Saúde Ocupacional/Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. O cronograma será elaborado imediatamente posterior à contratação e será executado durante o prazo de vigência do contrato.

4.7.1 Caso exista necessidade de alteração em cronograma já estabelecido entre as partes, esta deverá ser comunicada com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

4.7.2 O prazo para entrega dos laudos, previstos neste Termo de Referência, deverá ser de 45 (quarenta e cinco) dias após a 1ª coleta para cada servidor, análise e/ou medição, conforme cronograma a ser estabelecido imediatamente após a contratação pela CONTRATANTE.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1 Para atender o objeto do presente termo, a CONTRATADA deverá entregar, ao final do contrato, 183 (cento e oitenta e três) laudos conclusivos e individuais, após a avaliação quantitativa de agentes físicos e químicos.

5.2 Esses 183 laudos são referentes a 183 servidores públicos da instituição lotados em aproximadamente 124 laboratórios, além de setores de campo, fazendas e restaurante universitário, distribuídos em uma área de aproximadamente de 242.839 m².

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da 1ª coleta para cada servidor, LAUDO TÉCNICO INDIVIDUAL, devidamente atestado e assinado por seu responsável técnico - Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, com a devida

Anotação de Responsabilidade Técnica (individual para cada laudo) e CREA ou CRM, ativos, respectivamente.

6.1.2 A CONTRATADA deverá realizar no mínimo 30 (trinta) coletas e análises de agentes físicos e/ou químicos por mês útil, de acordo com os calendários acadêmico e administrativo.

6.1.3 Além dos parâmetros definidos nos itens 6.1.1 e 6.1.2 a CONTRATADA também deverá seguir os parâmetros de medição de resultado definidos no Anexo V – Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 A execução dos trabalhos realizados pela CONTRATADA deverá respeitar a Norma Regulamentadora nº 15, aprovadas pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 3.214, de 08 de junho de 1978, conforme instruções contidas na Orientação Normativa nº 4, de 14 de fevereiro de 2017, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

7.2 Quando da contratação de que poderá advir da Ata, a CONTRATADA, por meio de seu preposto, deverá realizar previamente à execução dos serviços, reunião com a CONTRATANTE para conhecer o cronograma de execução e os locais que serão realizadas as avaliações dos agentes ambientais.

7.3 Caso exista necessidade de alteração em cronograma já estabelecido entre as partes, esta deverá ser comunicada com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

7.4 Antes do início das avaliações quantitativas, deverá ser apresentado e submetido à aprovação da CONTRATANTE, plano de coleta contendo a estratégia de amostragem de forma a estabelecer todas as avaliações quantitativas a serem realizadas, amostradores, equipamentos de medição com seus certificados de calibração dentro da validade e os métodos de análise, bem como os tipos e tempos de amostragem necessários. No caso de subcontratação de laboratório para análise das amostras deverá ser apresentado à CONTRATANTE a comprovação de acreditação pelo INMETRO nos termos da ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005.

7.5 Os trabalhos somente poderão ser executados com a anuência da Comissão de Fiscalização da CONTRATANTE.

7.6 A equipe técnica de coleta da CONTRATADA deverá ser constituída por profissionais qualificados e legalmente habilitados em Segurança e Saúde do Trabalho, tais como, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Médico do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho, Químico ou Engenheiro Químico, que deverão estar registrados e ativos nos respectivos conselhos de classe.

7.7 Os laudos técnicos conclusivos individuais de insalubridade, das análises das amostras de concentração ambiental e caracterização da insalubridade, somente poderão ser emitidos e assinados por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, conforme previsto no art. 195 da CLT, que deverão estar registrados e ativos nos respectivos conselhos de classe.

7.8 Quando os laudos das análises das amostras de concentração ambiental e caracterização da insalubridade, for assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho, deverá ser encaminhado juntamente com estes documentos, a cópia autenticada da emissão da respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica quitada.

7.9 Será exigido da licitante comprovação de possuir em seu quadro de pessoal, na data da licitação:

- a) Para coleta a equipe deverá ser constituída por alguns desses profissionais qualificados e habilitados em seus respectivos conselhos: Engenheiro de Segurança do

Trabalho; Médico do Trabalho; Técnico de Segurança do Trabalho; Químico; Engenheiro Químico ou Técnico em Química;

- b) Para análise das amostras coletadas: apenas laboratórios acreditados INMETRO nos termos da ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005;
- c) Para a emissão do laudo técnico individual conclusivo: apenas Engenheiro de Segurança do Trabalho com ART quitada e comprovação de registro ativo no CREA e/ou Médico do Trabalho com registro ativo no CRM.

7.10. A comprovação de vínculo profissional se fará com apresentação de qualquer dos seguintes documentos:

- a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- b) Ficha de registro de empregado, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio;
- c) Declaração, emitida pelo responsável técnico indicado pela licitante, cujo teor firma o compromisso de que o mesmo acompanhará a execução dos serviços de que trata este instrumento.

7.11. O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnico profissional de que trata o item 7.9 deverá(ao) participar da execução do objeto desta licitação, admitindo-se sua(s) substituição(ões) por profissional(is) de qualificação equivalente ou superior, desde que aprovada(s) pela CONTRATANTE.

7.12 **Capacidade Técnica-Operacional:** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

7.12.1 Os atestados deverão respeitar as respectivas quantidades mínimas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE
A	Coleta de agentes químicos.	Coleta	158
B	Laudos Técnicos de Insalubridade	Laudos	36

7.12.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

7.12.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

7.12.4 Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.12.5 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.12.6 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo entregar, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.13 **Comprovação da capacitação técnico-profissional:** comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, detentor de

atestado de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços, relativos aos itens da tabela constante no subitem 7.12.1, que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	PROFISSIONAIS
A	Coleta de agentes químicos.	Coleta	Engenheiro de Segurança do Trabalho, Médico do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho, Químico ou Engenheiro Químico
B	Laudos Técnicos de Insalubridade	Laudos	Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho

7.13.1 Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

7.13.2 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

7.14. As coletas das amostras deverão obedecer aos critérios definidos na metodologia de referência com relação à vazão, volumes máximos e mínimos com utilização de equipamentos adequados (bombas de amostragem volumétrica) e devidamente calibrados com calibradores aferidos em Laboratórios de Calibração da RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou com certificados rastreáveis a RBC, todos dentro do prazo de validade. As análises deverão ser realizadas por laboratórios acreditados pelo INMETRO com base na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Para fiscalização e gestão do contrato serão nomeados os servidores ocupantes do cargo de médico do trabalho, engenheiro do trabalho, enfermeiro do trabalho e técnico de segurança do trabalho do quadro permanente ativo da CONTRATANTE, que atuarão na fiscalização técnica, administrativa e gestão contratual.

8.2 Para fins de medição e critérios de pagamento deverá ser observado o Anexo V – Instrumento de Medição do Resultado – IMR.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução das atividades para as quais foi contratada, nas quantidades e qualidades para perfeita execução do cronograma que será elaborado pela CONTRATANTE, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2 Os trabalhos somente poderão ser executados com a anuência da comissão de fiscalização da CONTRATANTE.

9.3 Os Equipamentos de Avaliação Quantitativa utilizados nas avaliações quantitativas deverão estar devidamente calibrados e dentro do prazo de validade da calibração.

9.4 Os requisitos estabelecidos no tópico anterior deverão ser comprovados por meio de cópia do certificado de calibração, constando a aprovação do equipamento, emitido por laboratório de calibração acreditado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

10. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato, com a apresentação do cronograma de execução pela CONTRATANTE.

10.2 O prazo de execução dos serviços será de 4 (quatro) meses, com início imediatamente após a assinatura do contrato com a apresentação do cronograma de trabalho.

11. DA VISTORIA

11.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 12 horas e de 14 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (35) 3829-1787 e/ou 3829-1977, podendo sua realização ser comprovada por:

a) Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017; ou

b) Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI deste Edital.

11.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 12.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 12.3 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 12.4 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 12.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 13.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela comissão de fiscalização do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 13.3 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.
- 13.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 13.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

- 13.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 13.7 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 13.8 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.
- 13.9 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.
- 13.10 Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela Comissão de Fiscalização, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 13.11 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 13.12 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 13.13 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 13.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 13.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 13.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.18 A CONTRATADA deverá indicar o preposto que irá acompanhar a execução do objeto e atender as solicitações da CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto nas seguintes condições:

14.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

14.1.2. Será permitida a subcontratação de laboratórios devidamente credenciados com apresentação de documentação comprobatória para a análise das amostras coletadas. As análises das amostras coletadas deverão ser realizadas por laboratórios acreditados pelo INMETRO com base na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005.

14.1.3. Não será permitida a subcontratação para a coleta das amostras, nem para a elaboração e assinatura dos laudos técnicos conclusivos.

14.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.2 O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

16.5 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo V, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.6 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.7 Durante a execução do objeto, o(s) fiscal(ais) técnico(s) deverá(ão) monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.8 O(s) fiscal(ais) técnico(s) deverá(ão) apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo(s) fiscal(ais) técnico(s), desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.12 O(s) fiscal(ais) técnico(s) poderá(ão) realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.13 O(s) fiscal(ais) técnico(s), ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.14 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.15 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.16 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.17 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, o acompanhamento, *in loco*, de toda medição ou coleta de agentes ambientais realizados pela CONTRATADA durante toda a vigência do contrato. Assim, os fiscais técnicos devem estar atentos ao cumprimento dos requisitos técnicos exigidos da CONTRATADA neste Termo de Referência, em relação a metodologia e aos equipamentos utilizados e ao cumprimento do cronograma que será elaborado.

16.18 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 72 (setenta e duas) horas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo(s) fiscal(ais) do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

17.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o(s) fiscal(ais) técnico(s) do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

17.6 O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

17.7 O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

17.8 O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

18.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.4 comportar-se de modo inidôneo; e

18.1.5 cometer fraude fiscal.

18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2 **Multa de:**

18.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar,

nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

18.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.2.6 As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.2.7 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 18.2.8 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 18.2.9 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.2.10 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

18.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Lavras-MG, 31 de julho de 2018.

Glener Alvarenga Mizael
Presidente

Luciana de Castro Groenner
Membro

Wanderson Resende Mendes
Membro

Alexandre de Sousa Evangelista
Membro

Jayme Murad Magalhães
Membro

Sérgio Teixeira da Silva
Membro